



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza**
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza**
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Iniciação científica: educação, inovação e desenvolvimento humano

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I56 Iniciação científica: educação, inovação e desenvolvimento humano / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Carla Linardi Mendes de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-441-9
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.419213008>

1. Iniciação científica. 2. Educação. 3. Inovação. 4. Desenvolvimento humano. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Carla Linardi Mendes de (Organizadora). IV. Título.
CDD 001.42

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra “Iniciação Científica: Educação, inovação e desenvolvimento humano”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Iniciação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Reginâmio Bonifácio de Lima

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130081>

CAPÍTULO 2..... 18

ESTRATEGIA METODOLOGICA DE INNOVACION EDUCATIVA PARA LA RESOLUCION DE PROBLEMAS EN MARKETING ESTRATEGICO MEDIANTE UN MODELO INTEGRADOR

Mario Aurelio Coyla Zela

Wendy Vidangos Delgado

José Antonio Rodríguez García

José Luis Morales Rocha

Jarol Teófilo Ramos Rojas

Teófilo Lauracio Ticona

Solime Olga Carrión Fredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130082>

CAPÍTULO 3..... 30

LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA NA BAHIA E OS CONHECIMENTOS GEOMÉTRICOS: COMO ACONTECE ESSA ARTICULAÇÃO AO LONGO DA FORMAÇÃO?

Leonardo Araújo Suzart

Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130083>

CAPÍTULO 4..... 43

O NOVO PARADIGMA SISTÊMICO

Susana Iglesias Webering

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130084>

CAPÍTULO 5..... 60

COMPETÊNCIA DIGITAL AUTOPERCEBIDA DOS ALUNOS DA UNIVERSIDAD NACIONAL HERMILIO VALDIZÁN DE HUANUCO 2019

Nancy Guillermina Veramendi Villavicencios

Ewer Portocarrero Merino

Clorinda Natividad Barrionuevo Torres

Bethsy Diana Huapalla Céspedes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130085>

CAPÍTULO 6	73
UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DE ESTUDOS SOBRE FELICIDADE NO ÂMBITO ACADÊMICO	
Yasmin Martins Proença	
Priscilla Perla Tartarotti von Zuben Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130086	
CAPÍTULO 7	83
OCIAGOGIA COMO MODELO DE EDUCAÇÃO NA COLÔMBIA	
Diego Alejandro Palacios Amado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130087	
CAPÍTULO 8	96
O LÚDICO COMO ESTÍMULO À LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS	
Noemi Garcia Baptista	
Marina Peixoto Vianna	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130088	
CAPÍTULO 9	109
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Jéssica Larissa Barbosa da Silva Valente	
Heldina Pereira Pinto Fagundes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130089	
CAPÍTULO 10	122
AFRICANIDADES: NOVOS CAMINHOS, PRIMEIROS PASSOS	
Izabel Espindola Barbosa	
Dariane Andrade Valle	
Charles Goiabeira de Amorim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300810	
CAPÍTULO 11	130
AS INFLUÊNCIAS DA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO INFORMAR EDUCAR E PROMOVER A SABEDORIA CIENTÍFICA	
Vanessa Pereira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300811	
CAPÍTULO 12	141
EDUCAÇÃO DO CAMPO: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS ALUNOS CAMPONESES – 6º ao 9º ANO	
Iasmim Mesquita Paiva	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300812	

CAPÍTULO 13	156
CONTINUIDADE ENTRE ETAPAS EDUCATIVAS: ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO ENTRE O JARDIM DE INFÂNCIA E A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	
Luís Miguel Gonçalves de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300813	
CAPÍTULO 14	169
OFICINAS DE NIVELAMENTO, EXTENSIONISMO E PESQUISA DO PROJETO “APOIO À ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV”	
Gilson Jacob Bergoc	
Thamine de Almeida A. Ayoub	
Miguel Etinger de Araújo Júnior	
Sandra M. Almeida Cordeiro	
Léia Aparecida Veiga	
Elisa Roberta Zanon	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300814	
CAPÍTULO 15	183
A FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Maria do Socorro Ramos Sousa	
Edjôfre Coelho de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300815	
CAPÍTULO 16	197
O JOGO DIDÁTICO: CONCENTRAÇÃO PARA O APRENDIZADO DO ESPANHOL	
José Eliziário de Moura	
Ana Lúcia Vidal Barros	
Ana Meire Alves da Silva	
César Claudino Pereira	
Paulo Eduardo Ferlini Teixeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300816	
CAPÍTULO 17	208
OS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NOS PROGRAMAS DE DOUTORADO BRASILEIROS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Cidllan Silveira Gomes Faial	
Eliane Ramos Pereira	
Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva	
Letycia Sardinha Peixoto Manhães	
Ligia Cordeiro Matos Faial	
Lívia Márcia Vidal Pires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300817	

CAPÍTULO 18.....	223
A MATERIALIDADE DA ESCOLA PRIMÁRIA NO TERRITÓRIO DO ACRE NAS DÉCADAS DE 20 A 60	
Gerinalda de Souza Ferreira Elizabeth Miranda de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300818	
CAPÍTULO 19.....	237
O MÉTODO DA PESQUISA QUALITATIVA DO FENÔMENO SITUADO. UMA CRIAÇÃO DO EDUCADOR BRASILEIRO JOEL MARTINS, SEGUIDA PELA PROFESSORA MARIA APARECIDA VIGIANNI BICUDO. AS ANÁLISES: IDIOGRÁFICA E NOMOTÉTICA	
Luiz Augusto Normanha Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300819	
CAPÍTULO 20.....	245
PRÁTICAS EDUCATIVAS E HABILIDADES SOCIAIS DE PAIS DE ADOLESCENTES COM TEA	
Lilian Ferreira do Nascimento Brunna Stella da Silva Carvalho Melo Ana Luiza Cavalcanti Bezerra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300820	
CAPÍTULO 21.....	260
A ESSÊNCIA ONTOLÓGICA DO TRABALHO E SEU PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO	
Marcos Jeliel Souza Dacorso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300821	
CAPÍTULO 22.....	265
SAN NICOLÁS DE ESQUIROS Y SANTA MARÍA DEL REFUGIO. EL MÉTODO DIALÉCTICO CRÍTICO PARA SU COMPRENSIÓN	
Alejandra Ojeda Sampson	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300822	
SOBRE OS ORGANIZADORES	279
ÍNDICE REMISSIVO.....	281

A MATERIALIDADE DA ESCOLA PRIMÁRIA NO TERRITÓRIO DO ACRE NAS DÉCADAS DE 20 A 60

Data de aceite: 20/08/2021

Gerinalda de Souza Ferreira

Professora efetiva na Rede Municipal de Ensino de Rio Branco – AC

Elizabeth Miranda de Lima

Professora Titular da Universidade Federal do Acre, vinculada ao Centro de Educação, Letras e Artes – CELA; Orientadora da pesquisa

RESUMO: O presente estudo tem como objeto de análise a cultura material da Escola Primária que se difundiu na região acreana, no período compreendido entre 1920 a 1960, de modo a evidenciar a materialidade expressa nos equipamentos, nas instalações, e nos dispositivos pedagógicos. Tem como objetivo produzir uma interpretação sistemática sobre a materialidade da Escola Primária, identificando o seu provimento material. A metodologia adotada privilegiou a abordagem da pesquisa documental, posto que a análise se voltou para fontes primárias como: Programas de Ensino, Regulamentos da Instrução Pública, Fotografias, Livros de Ata, Livro de Matrícula, Cartas, Telegramas; localizadas no Museu da Borracha, Museu Universitário da UFAC, Diocese de Rio Branco e arquivos de Grupos Escolares e estabelecimentos de escolas confessionais. A partir da localização das fontes, organizou-se um quadro demonstrativo identificando e contextualizando cada documento. Na sequência

realizou-se a análise e interpretação das fontes direcionando-se o exame das mesmas para a identificação do provimento material da escola primária institucionalizada no Acre. A maioria das escolas funcionava em prédios alugados, de madeira, adaptados e com péssimas condições higiênicas. Na década de 40, várias escolas, urbanas e rurais, foram construídas com expressivos aspectos da modernidade pedagógica adotados em todo país. Além disso, a criação e regulamentação de Escolas Normais tanto na capital como no interior do Território, com o intuito de garantir uma elevação na qualidade do ensino acreano. Assim, cada governo procurou, ao seu modo, reorganizar a instrução pública no Acre, expandindo o modelo pedagógico que se difundia no país.

PALAVRAS - CHAVE: Cultura Material Escolar; Escola Primária; Território do Acre.

THE MATERIALITY OF PRIMARY SCHOOL IN THE TERRITORY OF ACRE IN THE 20'S TO 60'S

ABSTRACT: The present study has as object of analysis the material culture of the Primary School that spread in the region of Acre, in the period between 1920 and 1960, in order to highlight the materiality expressed in the equipment, facilities, and pedagogical devices. It aims to produce a systematic interpretation of the materiality of the Primary School, identifying its material provision. The adopted methodology favored the documental research approach, since the analysis turned to primary sources such as: Teaching Programs, Public Instruction Regulations, Photographs,

Minutes Books, Enrollment Book, Letters, Telegrams; located in the Rubber Museum, UFAC University Museum, Diocese of Rio Branco and archives of School Groups and confessional school establishments. From the location of the sources, a demonstrative table was organized identifying and contextualizing each document. Afterwards, the analysis and interpretation of the sources was carried out, directing their examination to identify the material supply of the institutionalized primary school in Acre. Most schools operated in rented buildings, made of wood, adapted and in poor hygienic conditions. In the 40's, several schools, urban and rural, were built with expressive aspects of pedagogical modernity adopted throughout the country. In addition, the creation and regulation of Normal Schools both in the capital and in the interior of the Territory, with the aim of guaranteeing an increase in the quality of teaching in Acre. Thus, each government sought, in its own way, to reorganize public education in Acre, expanding the pedagogical model that spread throughout the country.

KEYWORDS: School Material Culture; Primary school; Territory of Acre.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende dar continuidade as pesquisas já realizadas sobre a escola primária no Acre Território (DANTAS & LIMA, 2012; LIMA&MACEDO, 2013), assumindo como objeto privilegiado de análise os objetos e a materialidade da Escola Primária que se difundiu na região acreana, no período compreendido entre 1920 a 1960. Desta forma, esta investigação tem como propósito ampliar o conhecimento sobre aspectos ainda não mapeados pelas pesquisas no campo da educação escolar no Acre Território.

A considerar a configuração política e administrativa do Território do Acre se faz necessário destacar que esta unidade da federação experimentou, ao longo de sua história, três modelos de organização político-administrativa: o Regime Departamental, o Regime Unificado Territorial e a condição de Estado da Federação. Cada forma de organização administrativa organizou, difundiu, fiscalizou e financiou ao seu modo a instrução pública no Acre. Assim, nessa direção, importa analisar o percurso de institucionalização da escola primária em cada contexto, utilizando-se o exame de fontes documentais de modo a explicitar quais instrumentos, objetos e suportes foram utilizados para o ensino na Escola Primária, no período recortado pela pesquisa.

O exame da conformação material da Escola Primária Acreana teve como ponto de partida o esclarecimento de Meneses (2005), segundo o qual “a cultura material participa decisivamente na produção e reprodução social”. Nessa perspectiva, os elementos materiais e simbólicos utilizados pela instituição escolar vinculam-se a projetos pedagógicos e as tentativas de reformas desses projetos e do próprio espaço escolar.

Assim, considerando a relação entre cultura escolar e cultura material, as primeiras sessões de estudos, foram direcionados para o exame de conceitos como cultura escolar, fundamentados em teóricos como: Barroso (2004); Faria Filho, Gonçalves, Vidal, Paulilo (2004) e Oliveira (2003). Dentre as diversas abordagens, pode-se destacar a cultura

material, com base nos escritos de Veiga (2000). De modo que a assimilação dos referidos conceitos se faz necessária, para uma melhor compreensão da temática investigada, bem como o texto de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), que trata sobre o método da pesquisa documental, no intuito de facilitar o desenvolvimento da pesquisa.

O exame da conformação material da Escola Primária teve como ponto de partida o esclarecimento de Meneses (2005), segundo o qual “a cultura material participa decisivamente na produção e reprodução social”. Nessa perspectiva, os elementos materiais e simbólicos utilizados pela instituição escolar vinculam-se a projetos pedagógicos e as tentativas de reformas desses projetos e do próprio espaço escolar.

Assim, o mapeamento desses materiais e simbólicos da cultura escolar iniciou com levantamento de fontes no Museu da Borracha, na Escola Estadual Comandante Brás de Aguiar e Instituto Santa Terezinha, em Cruzeiro do Sul. Na sequência, considerando o estado de conservação dos materiais selecionados, utilizou-se a técnica de fotografia e digitalização. Nesse primeiro momento foram priorizados os seguintes materiais:

- Legislação Educacional (Regulamentos da Instrução Pública, Decretos, Portarias, Resoluções, etc.);
- Programas de Ensino;
- Relatórios de Gestão dos Intendentes Municipais, Governadores territoriais e Diretores da Instrução Pública;
- Jornal O Acre (1929 – 1949);
- Fotografias;
- Livros de Ata (Ata de Aprovação, Ata de Aprovação do Curso Normal Regional);
- Livro de Matrícula;
- Livro de Ponto dos Funcionários.

A partir da localização dessas fontes, foi organizado um quadro demonstrativo identificando os aspectos: tipo de documento, ano, quantidade e meio de reprodução. Na presente etapa da pesquisa se procederá o detalhamento do provimento material da escola primária institucionalizada no Acre, priorizando a identificação dos equipamentos, das instalações, mobiliária e outros dispositivos pedagógicos que configuraram essa escola. Na sequência, a análise se volta para a identificação das relações existentes entre a materialidade da escola e os projetos pedagógicos em implantação no período recortado pela pesquisa.

A partir do decreto presidencial nº 14.383 de 01 de outubro de 1920, a organização político-administrativa do Acre passa de Departamental, para um sistema de Território Unificado, e, por conseguinte uma reestruturação do ensino que se institucionalizava no Território.

Em publicação no jornal *O Acre* de 1929, os estabelecimentos de ensino público do

Território obedeciam a seguinte classificação: Grupos Escolares localizados na sede dos municípios ou em cidades em que o governo observava necessário em função da elevação de matrícula; Escolas Primárias Urbanas, Diurnas ou Noturnas localizadas em cidades ou vilas, além dos grupos escolares, de acordo com a necessidade; e Escolas Rurais, localizadas em seringais ou em pequenos núcleos de população. (Cf. museu da Borracha, O Acre, n. 1 de 18/08/1929).

Além de classificados, os cinco grupos escolares existentes no Território eram assim denominados: Grupo Escolar Sete de Setembro, localizado na capital do Território, Grupo Escolar Plácido de Castro, em Xapuri, Grupo Escolar Francisco Sá na sede do município do Purús, Grupo Escolar João Ribeiro, em Tarauacá e Grupo Escolar Barão do Rio Branco na sede do município do Juruá.

As escolas urbanas diurnas eram 11, a saber: Escola Primária Barreto de Menezes em Brasília (atual Brasília); Escola Primária Coronel Odilon Pratagy em Brasília; escola primária Bolívia em Villa Epitácio Pessoa (atual Epitaciolândia); Escola Primária Mons. Fernandes Távora em Sena Madureira; Escola Primária Samuel Bandeira em Sena Madureira; Escola Primária Euclides da Cunha em Sena Madureira; Escola Primária Bento Annibal do Bonfim em Villa Feijó; Escola Primária Justiniano de Serpa em villa Thaumaturgo; Escola Primária Borges de Aquino em Villa Humaitá; Escola Primária Francisco Freire de Carvalho, em Villa Mancio Lima.

As escolas urbanas noturnas: Escola Primária Francisco Mangabeira em Xapuri; Escola Primária D. Próspero Bernardi em Sena Madureira; Escola Primária Professor Medeiros em Cruzeiro do Sul. As escolas rurais diurnas: Escola Primária Joaquim Victor, localizada em Bom Destino, no município de Rio Branco; Escola Primária Antonio Frota em Tarauacá; Escola Primária Carlos Maximiliano, em Corcovado, no município de Tarauacá; Escola Primária José Marques, localizada no seringal Cecy em Tarauacá; e Escola Primária Absolon Moreira, localizada em “Linha de Tiro” no Município do Juruá; O horário de funcionamento das escolas diurnas, estabelecido pelo governo territorial era das 7 ½ às 11 ½ horas. (Idem).

Na administração do então governador Hugo Carneiro, foi estabelecida uma inspetoria escolar para fiscalizar as escolas do Território e facilitar a expansão do ensino. As diretoras confeccionavam mapas estatísticos e enviavam à *Directoria da Instrução Pública* que obtinha o controle de frequência e número de matrículas nas escolas. Além disso, os inspetores escolares correspondentes de cada município, bem como os Intendentes enviavam relatórios de fiscalização e ofícios, dando a conhecer além dos mapas estatísticos, o exercício dos funcionários do ensino de cada mês, relação de materiais recebidos, comunicação de palestras pedagógicas, livro de ponto dos funcionários do ensino, mudanças nos estabelecimentos de ensino, dentre outros. (Cf. O Acre n. 4, 20/10/1929, pag. 3).

De acordo com *offícios*, publicados no jornal *O Acre*, as escolas, tanto territoriais

quanto municipais, deveriam realizar os exames no mesmo período, e para cada escola era organizada uma banca examinadora para a série correspondente.

“Dia 26 – Ao intendente de Rio Branco, comunicando a data em que devem ter início os exames nas escolas territoriaes e municipaes deste município e solicitando a remessa das relações dos alunos das escolas municipaes desta cidade.” (Directoria de Instrução Pública, O Acre, n. 4, 1/12/1929, pag. 3). O comunicado do início da realização dos exames era enviado também ao governo do Território:

Ao exmo.sr. governador e ao intendente de Rio Branco, comunicando já ter sido designado o dia do inicio dos exames nas escolas de todo Território e já se acharem organizadas as mezas examidoras das escolas desta cidade.

E continua,

Aos senhores drs. Helio de Abreu e Manoel Eugenio Raulino e senhoras Sylvia Autran Soares e Esmeralda Normando Massier, convidando- os para tomarem parte, aquelles, nas bancas examinadoras do 4º anno dos grupos escolares e, estas, nas dos alunos das aulas de prendas e de musica. (Directoria de Instrução Publica, O Acre, n. 4, 8/12/1929).

Observa-se, que alguns critérios eram considerados na composição da banca examinadora, como por exemplo, a determinação de que as mulheres examinavam apenas as aulas de prendas e música, como uma característica inerente às mulheres.

No ano seguinte, inspetores, professores e intendentes enviam à *Directoria de Instrução publica*, mapas de aproveitamento dos alunos e/ou resultados dos exames dos alunos, inventário de materiais necessários para as escolas, ponto dos funcionários do ensino, relatório de inspeção, inclusive, um abaixo assinado dos moradores, solicitando a criação de uma escola. (Cf. O Acre, 19/01/1930, pag.4).

No intuito de reorganização do ensino no Território, por meio da *Directoria de Instrução publica*, é apresentado ao governo um plano de organização das Escolas ambulantes no interior dos municípios, e os materiais necessários para cada escola, para a propagação do ensino elementar. (Idem.) Em função do baixo número de matrícula de algumas escolas noturnas (mesmo sendo na cidade), e da inexistência de escolas de Alfabetização, em Vilas, essas escolas (Noturnas) eram transferidas para os lugares onde se torna necessário a difusão de ensino primário, em virtude da elevação da população infantil, nesses lugares. Há uma grande preocupação com a população que cresce a cada dia e, por conseguinte, necessita de instrução. É com essa finalidade que o governo do Território por meio da resolução n. 10 de 4 de junho de 1930, resolve criar mais escolas ambulantes.

Considerando que, embora já seja elevado o número de escolas mantidas pelos governos do Território dos Municípios, estas, anda não satisfazem as necessidades do ensino, principalmente no tocante à alfabetização nas regiões centraes do Território. (...) Considerando que nestas circunstâncias, o typo de escola-ambulante é o mais aconselhável,

em virtude da situação geográfica e instabilidade da população desta região e porque, por ella em espaço relativamente curto, se pode obter maior numero de alfabetos; (...) Resolve: Art. 1º- Fica creada, nesta data, com o fim de melhor difundir a instrução pelos habitantes.

Já na década de 40 de acordo com os materiais até então analisados, foi possível constatar que dando continuidade as ações voltadas para a implantação de políticas voltadas para a instrução pública da população, o Governador José Guimard dos Santos, juntamente com a Professora Maria Angélica de Castro - Diretora do Departamento de Educação e Cultura – vinda do Estado de Minas Gerais, abraçaram a causa do ensino no Acre, providenciando, na visão desse governante, novas e grandiosas construções de prédios escolares, dentro dos mais modernos padrões de higiene e princípios pedagógicos.

Os exemplares do Jornal *O Acre* analisados, na seção *O Ensino no Acre*, de 1949, apresentou parte do relatório da Diretora do Departamento de Educação e Cultura, no qual, pode ser destacado que no começo de seu trabalho no Território do Acre, encontrou 125 unidades de ensino primário, das quais, 8 eram grupos escolares e 117 escolas singulares. Destas, 12 escolas funcionavam em prédios próprios, mas inadequados, em casas de madeira mal construídas ou adaptadas. Apenas três prédios eram de alvenaria, sendo dois inacabados e o outro - grupo escolar de Cruzeiro do Sul que funcionava na casa do cinema - ameaçava desabar. Segundo o relato, o comum era casa de madeira tosca, coberta de zinco ou de palha, sem equipamento e material didático. (Jornal *O Acre*, Ed. nº 945, Rio Branco, Domingo, 23 de outubro de 1949, pág. 1).

Depois de fazer esse levantamento, várias iniciativas foram tomadas e executadas, principalmente no que diz respeito a construções, aquisição de mobiliário e equipamentos pedagógicos, tanto na zona urbana, quanto na zona rural.

Quanto ao quadro de professores primários, de acordo com o Relatório de Governo de José Guimard dos Santos, do ano de 1947, apresentado ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, referente ao exercício de 1946, o quadro do magistério primário, contava apenas com 177 professores. Destes, somente 18 eram diplomados. Os 159 restantes eram leigos e ainda havia entre eles, alguns que não completaram o ensino primário. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guimard dos Santos, 1947, pág. 7).

Ainda de acordo com o referido relatório, o ensino primário era desenvolvido em 126 unidades, sendo 8 grupos escolares e 118 escolas isoladas. Destas, 50 estavam localizadas em zona urbana, 6 em zona distrital e 70 em zona rural. Em 1945, a matrícula nesses estabelecimentos de ensino atingiu o total de 5.882 alunos. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guimard dos Santos, 1947, pág. 8).

Quanto ao ensino normal, em Rio Branco havia apenas uma única escola e que não estava tendo resultados satisfatórios, por interrupções que acontecia em seu funcionamento, e por falta de observância de um programa regular. No ano de 1946, procedeu-se uma

reorganização nesse estabelecimento oficial, enquadrando-o no decreto lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946, que trata sobre a adaptação dos serviços do ensino normal, à Lei Orgânica deste. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guimard dos Santos, 1947, pág. 8). Além disso, providências foram tomadas para regulamentação, com a finalidade de reconhecimento oficial de duas escolas normais que já funcionavam em Xapuri e Sena Madureira, e ainda, a criação de outra escola normal em Cruzeiro do Sul, de modo que fosse também reconhecida. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guimard dos Santos, 1947, pág. 8).

No ano de 1949, o governo conseguiu que institutos religiosos existentes em Xapuri, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira se organizassem nos moldes da lei orgânica do ensino normal. Assim, todos esses estabelecimentos foram reconhecidos como escolas normais regionais. No intuito de dar à escola um corpo docente conhecedor das técnicas do ensino e dos processos educativos, também a construção do internato para a escola normal na capital, visava acolher alunas procedentes das vilas, colônias, seringais, cidades que não dispunham de um estabelecimento de escola normal e mesmo aquelas que fazendo o curso normal regional, desejavam ampliar sua cultura pedagógica em um curso de segundo ciclo. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guimard dos Santos, 1949, s.p).

O Regulamento do Ensino Normal do Território foi estruturado em 1947, na administração do governador Major José Guimard dos Santos, por meio do decreto n. 40 de 2 de janeiro de 47 (Jornal O Acre, Ed. n° 811, Rio Branco, Domingo, 16 de março de 1947, pag. 4), e, aprovado no governo de Raimundo pinheiro Filho no final do ano de 1950, através do decreto n° 55.

De acordo com os jornais analisados, o ensino normal no Território tinha por objetivo prover a formação de pessoal docente para o ensino primário, bem como desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. (Regulamento do Ensino Normal, Cap. I, Art. 1º, publicado no Jornal O Acre, Ed. n. 1006, domingo, 24 de dezembro de 1950, pág. 4).

O Ensino normal era ministrado em dois ciclos: o primeiro correspondia o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos. O regulamento estabelecia ainda, dois tipos de estabelecimentos de ensino normal: o Curso Normal Regional – destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo do ensino normal; e a Escola Normal – o segundo ciclo do ensino normal e o ciclo ginasial do ensino secundário. (Regulamento do Ensino Normal, Título I, Cap. II, Art. 2º; 3º, publicado no Jornal O Acre, Ed. n. 1006, domingo, 24 de dezembro de 1950, pág. 4).

A primeira série do curso normal regional compreendia as disciplinas de português, matemática; geografia geral; ciências naturais; desenho e caligrafia; canto orfeônico; trabalhos manuais e economia doméstica; e educação física. A Segunda série: português; matemática; geografia do Brasil; ciências naturais; desenho e caligrafia; canto orfeônico;

trabalhos manuais e atividades econômicas da região; e educação física. Terceira série: português; matemática; história geral; noções de anatomia e fisiologia humana; canto orfeônico; desenho; trabalhos manuais e atividades econômicas da região; educação física, recreação e jogos. Na quarta série: português; história do Brasil; psicologia e pedagogia; didática e prática do ensino; noções de higiene; desenho; canto orfeônico; educação física recreação e jogos. (Regulamento do Ensino Normal do Território Federal do Acre, Título II, Cap. I, Art. 6º. Jornal O Acre, Ed. n. 1006, domingo, 24 de dezembro de 1950, pág. 4).

O curso de formação de professores primários, articulado com o curso ginásial, compreendia as seguintes disciplinas na primeira série: português; matemática; física e química; anatomia e fisiologia humana; desenho e artes aplicadas; música e canto; educação física, recreação e jogos. Na segunda série: português; matemática; psicologia educacional; biologia educacional; Higiene e educação sanitária; metodologia do ensino primário; desenho e artes aplicadas; música e canto; educação física, recreação e jogos. (Regulamento do Ensino Normal do Território Federal do Acre, Cap. II, Art. 7º. Jornal O Acre, Ed. n. 1006, domingo, 24 de dezembro de 1950, pág. 4).

Ainda segundo o Regulamento, para ser admitido ao curso de qualquer ciclo do ensino normal, eram necessários alguns requisitos, por exemplo, ser brasileiro; ter sanidade física e mental; sem defeito físico ou distúrbio funcional que não fosse adequado ao exercício da função docente; ter bom comportamento social; e estar habilitado na realização dos exames. Além disso, para ser admitido no curso normal regional, o candidato tinha que comprovar a conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos. Já para a Escola Normal, se exigia certificado de conclusão do primeiro ciclo normal ou certificado do curso ginásial e ter idade mínima de 15 anos. (Regulamento do Ensino Normal do Território Federal do Acre, Título III, Cap. III, Artigos. 17º e 18º. Jornal O Acre, Ed. n. 1006, domingo, 24 de dezembro de 1950, pág. 4).

Vale notar que no parágrafo único do regulamento do Ensino Normal, destaca que não seriam admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de vinte e cinco anos. (Jornal O Acre, Ed. n. 1006, domingo, 24 de dezembro de 1950, pág. 4).

Como já foi citado, em 1949, o Instituto Santa Terezinha de Cruzeiro do Sul, foi reconhecido como escola normal regional pelo INEP. Assim, por meio desse ato, ficou reconhecida a terceira escola normal do Território. (Jornal O Acre, Ed. nº 920, Rio Branco, Domingo, 1 de maio de 1949, pag. 4).

No livro de Ata do curso Normal Regional do Instituto Santa Terezinha, nos anos de 1947 a 1962, identificou-se o mapa das notas obtidas e dos exames de admissão no curso normal. Assim como no jornal era publicado o resultado dos exames, também em ata era registrado o aproveitamento das normalistas nos exames e as notas parciais, anuais, finais e a média em cada disciplina, seguida com a classificação: aprovada plenamente, aprovada simplesmente, aprovada com distinção e reprovada.

Nos termos de promoção constavam em cada disciplina - além das notas parciais e

anuais - as notas da prova escrita, oral, a média, a soma total e o lugar, isto é, a classificação, e, por último a frequência. De acordo com os registros, as disciplinas do diploma com suas respectivas notas, correspondiam a segunda série da escola normal, que por sua vez, seria a conclusão do curso normal. Também foi possível observar que algumas alunas se submetiam a fazer os exames de segunda época e que também o resultado deveria ser registrado. (Ata de Aprovação do Ensino Normal Regional de 1947 a 1962. Arquivo Instituto Santa Terezinha).

Ademais das escolas normais, havia uma perspectiva de melhorar o nível de conhecimento do corpo docente do ensino acreano, por meio de cursos de férias e de administração técnica pedagógica, estabelecidos para professores leigos (principalmente para professores da zona rural), inspetores escolares e fiscais de ensino. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guiomard dos Santos, 1947, pág. 8).

O curso de férias tinha a duração de um mês. Normalmente nas férias entre janeiro e fevereiro ou em junho/julho. Em um desses cursos, o programa a ser observado, era de nível de curso complementar (5ª série), cujas disciplinas eram: português, aritmética, geografia e história do Brasil, ciências naturais e higiene, princípios gerais do ensino. Funcionava diariamente das 8 às 11, no Instituto Nossa Senhora de Nazaré. Uma das condições para a inscrição era ser professor ou candidato a professor rural e ter no máximo 35 anos de idade. A exigência de frequência era obrigatória em todas as aulas e ao final do curso os alunos eram submetidos a provas referentes aos programas ministrados, e julgadas numa escala de 0 a 100, sendo considerado habilitado o candidato cuja média nessas provas fossem igual ou superior a 50. (Jornal O Acre, Ed. n. 955, Domingo, 1 de janeiro de 1950, pág. 1).

Outro aspecto importante da cultura escolar identificado por meio da análise do Jornal O Acre, nos vários números consultados, diz respeito a publicação do resultado dos exames escolares dos alunos; em todos os níveis de ensino, foi publicado o resultado do aproveitamento dos alunos durante o ano letivo. Aqueles que obtinham maior aproveitamento eram destacados e festejados. Em 1930, a publicação do resultado dos exames obedecia a seguinte ordem: 1º ano – séries: A, B, C e D; 2º ano; 3º ano e 4º ano; seguido com nome dos alunos agrupados por média e classificados em: aprovados com distinção, aprovados plenamente, simplesmente e reprovados. (Jornal O Acre, Ed. nº 69, Rio Branco, Domingo, 21 de dezembro de 1930, pag. 6). Em outras publicações, identificou-se que aqueles que obtinham a média final 10 (dez), recebiam a classificação “aprovado com distinção e louvor”. Além de ser registrado no livro de ata de aprovação, que na primeira página no termo de abertura, indicava a que se destinava: “Servirá este livro, com 150 folhas tipograficamente numeradas, para registro de atas de Exames finais do G. E. ‘Comandante Bráz de Aguiar’. Cruzeiro do Sul, 30 de Novembro de 1962. Francisco Gomes Araújo”. (Livro de Ata de Aprovação de 1962 a 1986. Arquivo Escola Estadual Com. Braz de Aguiar).

Os registros referentes a escrituração escolar eram enviados ao Departamento de Educação e Cultura, como por exemplo, o registro de ponto dos funcionários. Um dos livros analisados obedecia a seguinte estrutura: título “ponto dos funcionários”, mês (por extenso), e dia. Em duas colunas o nome do funcionário e o cargo. Na primeira página também contava com o termo de abertura, assinado pela diretora. Em todos os dias foi observada a assinatura da diretora por sobre as assinaturas dos funcionários como se fosse uma “vistoria” no final do dia. Também foi possível identificar que nos dias decretado como feriado, facultativo, santificado ou em dia de “chuva torrencial,” não havia nenhuma atividade na escola. (Livro de Ponto dos Funcionários do Grupo Escolar Comandante Braz de Aguiar de 1964. Arquivo E. E. Com. Braz de Aguiar).

Ainda no governo de Guiomard Santos, foi organizada uma biblioteca escolar, instalada no prédio do Instituto Getúlio Vargas. Segundo o relatório, foi a primeira do gênero que se instalou e funcionou regularmente, dispondo de 1000 obras. Ficava aberta diariamente durante oito horas e registrava em média 826 consultas mensais. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guiomard dos Santos, 1947, pág. 9).

Já no ano de 1949, o município de Rio Branco contava com três bibliotecas escolares, a saber: Olavo Bilac, Belita Cravo, Leão Martin. E em Cruzeiro do Sul, a biblioteca Monteiro Lobato. No geral, as bibliotecas organizadas em seções apresentavam os seguintes números: 2155 obras na seção infantil; 449 na juvenil; 556 na seção didática; 287 obras em informativa; 50 na seção literária; 57 na pedagógica e 499 na seção revistas, totalizando 4.053 o número de obras nas bibliotecas escolares do Território. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guiomard dos Santos, 1949, Anexo).

Vale notar que o governo anunciava construções de novos grupos escolares e melhorias em prédios já construídos, bem como melhorar todo o aparelhamento material dos grupos escolares das sedes dos municípios, aproveitando o que estava servindo nesses estabelecimentos para as escolas do interior. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guiomard dos Santos, 1947, pág. 9). Assim, no período de 1946 a 1949, foram criadas 67 escolas, passando o Território do Acre, a contar com 192 unidades escolares. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guiomard dos Santos, 1949, Anexo).

No Relatório de Governo de José Guiomard dos Santos, referente ao exercício de 1949, há uma ressalva alusiva a deficiência quase que total em matéria de ensino primário, por falta de professor, de casa de ensino, de material didático e, sobretudo de um órgão orientador e controlador do ensino. As escolas funcionavam em casas velhas de madeira, cobertas com zinco e sem instalações sanitárias. Os professores eram admitidos em um regime de improvisações, e desconheciam os mais rudimentares princípios de pedagogia, conseqüentemente, pouco podiam contribuir para a eficiência do sistema escolar. De acordo com o relatório, no ano de 1946, apenas 12 normalistas trabalhavam nas escolas primárias do Território. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guiomard dos Santos, 1949, s.p).

Para o problema da falta de prédios, o governo começou a substituir as casas velhas em que funcionavam os grupos escolares por prédios próprios, os quais consistiam em construções de alvenaria que satisfaziam os objetivos de um programa escolar realmente educativo. Todas as casas de ensino, assim que construídas recebiam equipamento adequado como mobiliário completo para as salas de aula e diretoria, uma boa biblioteca e ainda gabinete dentário. Faz-se necessário observar, que os prédios dos municípios tinham capacidade para 400 alunos e os da capital para 500. Na zona rural e nas vilas, foram construídas escolas padronizadas pelo INEP, com salas de aulas com capacidade para 80 alunos em dois turnos, e casa para residência do professor. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guimard dos Santos, 1949, s.p).

Dessa forma, comparando os números quanto à situação do patrimônio escolar próprios do Território, em 1946, haviam três prédios em alvenaria e dois em madeira totalizando cinco prédios escolares. Em 1949, 18 prédios em alvenaria e 12 em madeira, somando um total de 30 prédios escolares próprios. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guimard dos Santos, 1949, s.p).

Também por meio do decreto n. 27 de 15 de março de 1949, foi criada a escola infantil 'Menino Jesus' e construído um prédio para o funcionamento da mesma. A construção contava com espaçosas salas de aula, refeitório, cozinha, gabinetes para professores e diretora, varanda coberta para o recreio além das instalações sanitárias. (Relatório do Governo do Território do Acre José Guimard dos Santos, 1949, s.p).

De acordo com os jornais analisados, as escolas rurais inauguradas na década de 50, seguindo ao padrão adotado nas demais edificações escolares rurais do país, eram construídas em madeira de lei com piso de alvenaria, dispoendo de salão de aulas, residência da professora, área coberta para recreio e dependências sanitárias. (Jornal O Acre, Ed. nº 987, Rio Branco, Domingo, 13 de agosto de 1950, pag. 1).

Assim sendo, a partir da década de 40, mais precisamente no governo de José Guimard dos Santos, houve um avanço na instrução pública e crescimento no número de construções de prédios escolares próprios, tanto nas cidades, como na zona rural do Território, dentro dos padrões de modernidade, daquele período. Além disso, a criação e regulamentação de Escolas Normais tanto na capital como no interior do Território, formando normalistas com o intuito de garantir uma elevação na qualidade do ensino acreano. A criação e reformas de bibliotecas escolares, que crescia a cada ano o número de obras e exemplares, bem como o número de consultas nas diversas seções, incentivando e valorizando a leitura.

CONCLUSÕES

Assim como o Território do Acre passou por uma mudança em sua estrutura político-administrativa, o ensino acompanhou esse movimento tanto no âmbito nacional, quanto

local, na tentativa de uma reorganização, de modo que a instrução pública fosse ampliada e difundida e a população instruída.

Na década de 20 já se fazem presentes no Território do Acre os grupos escolares bem como as escolas diurnas, noturnas, urbanas e rurais, mantidas pelos governos territoriais e municipais.

Considerando a realidade da população que crescia e da distância entre os seringais, vilas e cidades, além do alto índice de analfabetos, foi necessário a criação das escolas ambulantes, que além de priorizar a alfabetização da população, atendia a população de seringueiros e ribeirinhos que habitavam os seringais e colocações mais distantes, os quais permaneciam nestas colocações por pouco tempo.

A organização de um órgão gestor e regulador dos atos da instrução pública – A Inspeção – criado no governo de Hugo Carneiro, em 1929, se constituiu numa iniciativa significativa de uniformização e padronização da instrução, em todo o Território. A regulação foi assegurada por meio da ação dos inspetores escolares, os quais mantinham o controle da frequência nos estabelecimentos de ensino, a elevação de matrícula, além da verificação das necessidades de materiais e de mobiliário escolar, a promoção dos alunos, a necessidade de criação de escolas, além do controle sobre o professorado.

A organização e o modo de funcionamento das escolas em todo Território foi padronizado em termos de normas, orientação pedagógica, e especialmente, no que se refere ao uso do mesmo programa de ensino. Os exames escolares e a matrícula eram realizados no mesmo período.

Além disso, muitos investimentos foram feitos na administração do Governador Hugo Carneiro, para melhorar as condições dos estabelecimentos de ensino, principalmente no provimento de mobiliário como carteiras, construções de alguns prédios para o funcionamento das escolas, reorganização das bibliotecas escolares e estímulo à alfabetização. Haja vista, que os estabelecimentos de ensino estavam desprovidos de bancos-carteiras e material didático, além de péssimas condições de higiene.

No início, todo o material mobiliário era encomendado e trazido de Manaus e Belém, o que ocasionava em elevado custo para o Território, que tinha pouca verba. O que levou o governador, a incentivar a produção local, reduzindo gastos.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em administrações anteriores, o Governador, José Guimard dos Santos, juntamente com a Professora Maria Angélica de Castro - Diretora do Departamento de Educação e Cultura – vinda do Estado de Minas Gerais, abraçaram a causa do ensino no Acre, providenciando novas e grandiosas construções de prédios escolares, dentro dos mais modernos padrões de higiene e princípios pedagógicos. Principalmente a atenção voltada para as comunidades rurais, que ganhavam escolas que obedeciam aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação Primária, constituídos de madeira ou alvenaria, com área coberta para recreio, boas instalações sanitárias, moradia para a professora e capacidade para 70 alunos.

Também na década de 40, já se tinha uma preocupação com a população infantil, como centro de irradiação da educação pré-primária, sendo construídos estabelecimentos de Jardim de Infância, para acolher as crianças, ainda que tivesse um cunho assistencialista.

Além disso, mensalmente era enviado às escolas todo o material didático necessário, como papel, lápis, tinta para escrever, cartilhas analíticas, livros de histórias infantis, mapas do Território do Acre, bandeiras nacionais, dentre outros. Além de todo material de limpeza.

Com o intuito de contribuir para o processo de reorganização e difusão de um ensino primário de qualidade, é criado no Território a Escola Normal, anexa a Grupos escolares e Escola Normal Regional, que formava professores para o ensino elementar.

Portanto, se observa uma preocupação por parte dos governos do Território em reorganizar, difundir, fiscalizar e financiar o sistema de ensino no Acre, ao seu modo, estabelecendo unidade e coerência na instrução pública, cultivando um sentimento de pertença e amor à Pátria; e ainda, as condições de uma instrução de qualidade.

REFERÊNCIAS

ACRE. Jornal “O Acre”, 1929 - 1949. Arquivo Museu da Borracha.

_____. *Relatório de Governo do Território do Acre*, Governador Hugo Carneiro, 1930. Arquivo Museu Universitário da UFAC.

BASTOS, Maria Helena Câmara & FARIA FILHO, Luciano de (Orgs.). *A escola elementar no século XXI: o Método monitoral/mútuo*. Passo Fundo – UPF Editora, 1999.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. *História da Educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo, Cortez, 2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Forma Cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1913)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

_____. *A escola e a república e outros ensaios*. Editora Universidade São Francisco, Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

DANTAS, Andréa Lopes; LIMA, Elizabeth Miranda de. *Da Riqueza do Território à grandeza moral e cultural dos habitantes: a implantação da educação primária no Acre Território (1905-1930)*. In: SOUZA, Rosa Fátima; ARAUJO, José Carlos; PINTO, Rúbi-Mar (Orgs.). *A Escola Primária na primeira república (1889-1930)*. Araraquara, SP: Junqueira Marin, 2012. Pag. 272-299.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo – UPF Editora, 2000.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: argvmentvm, 2005.

LIMA, Elizabeth Miranda de; MACEDO, Auxiliadora Barbosa. *A Institucionalização da escola graduada*. In: SOUZA, Rosa Fátima, et.al. (Orgs.). *Por uma teoria e uma história da Escola Primária no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2013. Pag. 179-197.

MENESES, Ulpiano B. *A exposição museológica e o conhecimento histórico*. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária, escolarização da infância no Brasil (1893 a 1971)*. Campinas, Mercado de Letras, 2006.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas a era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, Autores Associados, EDUSF, 2002.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A Educação e a Ilusão Liberal: Origens da escola pública paulista*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (Coleção memória da educação).

SOUZA, Rosa Fátima de. [Et AL.] *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

_____. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1988.

SILVA, Francisco Bento. *Autoritarismo e Personalismo no poder executivo acreano, 1921-1964*. Rio Branco: EDUFAC, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Andragogia 88

Antropogogia 88

Aprendizagem 60, 61, 62, 63, 70, 85, 86, 87, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 124, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 136, 154, 159, 160, 162, 164, 165, 170, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 242, 246, 250, 257, 258

Arquitetura 170, 182, 235

Autonomia 34, 43, 45, 50, 53, 54, 55, 57, 58, 74, 76, 78, 114, 190, 191, 192, 205, 258

C

Ciências 11, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 47, 50, 52, 57, 59, 96, 99, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 129, 155, 156, 157, 160, 198, 208, 210, 211, 216, 221, 229, 231, 236, 238, 259, 279, 280

Competência digital 10, 60, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72

complexidade 33, 43, 47, 49, 50, 51, 58, 77, 106, 177, 188

Complexidade 43

Conhecimento 9, 4, 10, 11, 12, 14, 42, 43, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 63, 74, 75, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 97, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 118, 120, 121, 123, 125, 127, 130, 132, 134, 136, 139, 147, 154, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 181, 182, 187, 190, 194, 199, 201, 203, 205, 206, 209, 210, 211, 216, 218, 220, 221, 224, 231, 236, 239, 242, 249, 262

Conscientização 61

Cultura Material Escolar 223

Currículo 10, 11, 30, 110, 117, 119, 136, 157, 160, 166, 198, 244

D

Desenvolvimento 2, 9, 1, 2, 3, 5, 12, 13, 14, 16, 31, 42, 46, 47, 48, 54, 56, 57, 62, 70, 71, 77, 80, 82, 84, 98, 99, 104, 105, 113, 114, 116, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 130, 132, 134, 143, 154, 160, 163, 165, 166, 167, 184, 185, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 210, 219, 221, 225, 238, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 279

Desigualdades Regionais 1, 13

Didática 19, 25, 72, 91

E

Educação científica 17

Educação Física 12, 198, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221,

229, 230

Educação Matemática 30, 31, 32, 40, 41, 42, 279

Educación 16, 60, 70, 71, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 207, 277

Engenharia Civil 170, 182

Ensino Lúdico 96, 98, 100, 101, 104, 105

Equipe Multidisciplinar 169, 170

Escola Primária 13, 223, 224, 225, 226, 235, 236

Espaço Público 115

Espanhol 12, 67, 68, 69, 71, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 211

Estímulo à leitura 11, 96, 105

Extensão Universitária 122, 169

F

Financeirização 13, 260

G

Geometria 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42

Gerencia 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27

Gestión 19, 25, 26, 277

H

História 1, 15, 17, 47, 52, 55, 56, 98, 106, 117, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 144, 145, 164, 188, 190, 198, 218, 219, 224, 230, 231, 235, 236, 245

I

Innovación 19, 21, 22, 26, 27, 92

J

Jogo 12, 144, 171, 172, 178, 179, 197, 202, 203, 204, 205

L

Licenciatura em matemática 37, 41

liderança 179

M

Marketing 10, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28

Metodologias Ativas 169, 173, 182, 202

Modelo 10, 11, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 43, 45, 49, 51, 52, 57, 70, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 113, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 173, 190, 210, 213, 223, 238, 240, 245, 247, 257, 258, 259, 269

O

Ocio 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Oficinas de nivelamento e integração 169, 182

P

Paradigma Sistêmico 10, 43, 44, 45, 49, 53, 59

Pedagogía 88, 89, 92, 93, 94, 95

Pesquisa Qualitativa 13, 4, 30, 41, 43, 57, 81, 111, 121, 209, 221, 237, 238, 239, 240, 242, 244

Precarização 260, 262, 263

Projeto Pedagógico 197, 199, 200, 203

R

Recreación 88, 93, 94, 95

Referencial Teórico 170, 208, 209, 212, 214, 215, 217, 219

Reforma Trabalhista 260

Relação Professor-Aluno 130, 132, 140

S

Sistemas 25, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 71

T

Território do Acre 13, 223

TIC 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021